

Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho

On Experience and progress: Walter Benjamin's contributions to the analysis of the June Days

Sobre el progreso y la experiencia: las contribuciones de Walter Benjamin para un análisis de las marchas de junio

Carolina Salomão Corrêa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Solange Jobim e Souza

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

Este artigo busca uma articulação entre as noções de experiência e progresso na obra de Walter Benjamin e as manifestações populares recentes no Brasil. As jornadas de junho marcaram um momento paradigmático no país. Sua relativa intempestividade, seus processos constituintes e, sobretudo, seus desdobramentos alteraram o cenário político-social. Nesse sentido, traz contribuições interessantes para se (re)pensar as noções de progresso e experiência em Benjamin. O conceito de experiência é mobilizado para observar os múltiplos discursos empreendidos a respeito dessas manifestações e determinar as implicações políticas dessas posturas. No texto, a crítica ao progresso de Benjamin é retomada na análise do modelo neodesenvolvimentista adotado pelo Estado. Com o pretexto dos megaeventos que o país e a cidade do Rio de Janeiro irão sediar, a lógica do progresso tem sido empreendida em favor de interesses imobiliários e econômicos em detrimento de demandas reais e urgentes da cidade.

Palavras-chave: Walter Benjamin; Experiência; Progresso; Movimentos Sociais.

Abstract

This article seeks to articulate the notions of experience and progress in Walter Benjamin's work and the recent popular demonstrations in Brazil. The June Days marked a paradigmatic moment in the country. Its relative suddenness, its constituent processes and specially its impacts changed the political and social scene and, in this sense, provides important contributions to (re)consider the notions of progress and experience. The concept of experience is mo-

bilized to comply with the multiple discourses about the demonstrations of June and determine the political implications of these stances. In this article, the criticism relating to the progress of Benjamin is resumed on the analysis of the neodevelopmentist model adopted by the State. Because of the mega-events that Brazil and Rio de Janeiro will host, the logic of progress has been undertaken in favor of real estate and economic interests at the expense of the city's real and urgent demands.

Keywords: Walter Benjamin. Experience. Progress. Social Movements.

Resumen

Este trabajo busca una articulación entre las nociones de experiencia y progreso en la obra de Walter Benjamin y las recientes manifestaciones populares en Brasil. Las marchas de junio marcaron un momento paradigmático. Su carácter inesperado, sus procesos constituyentes y sus desdoblamientos cambiaron el panorama político-social y, por eso, ofrecen importantes contribuciones para que se (re)consideren las nociones de progreso y experiencia. Se moviliza el concepto de experiencia para observar los múltiples discursos sobre los acontecimientos y determinar cuáles son las implicaciones políticas de estas posiciones. La crítica del progreso se reanuda en el análisis del modelo neo desarrollista adoptado por el Estado. Con el pretexto de los mega eventos que ocurrirán en Brasil y en Río de Janeiro, la lógica del progreso se ha llevado a cabo en favor de los intereses inmobiliarios y económicos, en perjuicio de las demandas reales y urgentes de la ciudad.

Palabras clave: Walter Benjamin. Experiencia. Progreso. Movimientos Sociales.

Introdução

O presente artigo busca uma articulação entre as noções de experiência e progresso na obra de Walter Benjamin e as manifestações populares recentes no Brasil. Neste trabalho compreendemos as manifestações de junho como parte de um ciclo maior de lutas globais, iniciado em 2010, com a chamada primavera árabe. No Brasil, o movimento teve como estopim o aumento das tarifas de transporte público

em diversas capitais do país, mas no decorrer do movimento, novas pautas foram aderidas. As jornadas de junho marcaram um momento paradigmático no país. Sua relativa intempestividade, seus processos constituintes, sobretudo seus desdobramentos em novos movimentos alteraram a cena político-social, e nesse sentido traz contribuições interessantes para (re)pensar as noções de progresso e experiência em Benjamin. Textos do próprio autor e comenta-

dores fornecem as bases para compreensão dos conceitos, enquanto os eventos de junho – cujas demandas ainda ressoam em novas lutas – servem de pano de fundo para atualização e contextualização dos mesmos.

Experiência é um dos conceitos centrais na obra de Benjamin e perpassa toda produção do autor. Em diversos escritos, Benjamin desenvolve uma teoria da experiência relacionando-a com a teoria do conhecimento e com as concepções de ética e verdade. O diálogo com pensadores como Kant e Freud contribuiu para formação do conceito que adquire diferentes sentidos em sua obra. A esse respeito, Lima e Batista (2013) esclarecem que “o conceito de experiência em Benjamin é menos uma teoria desenvolvida e postulado do que uma busca incessante de definição e retificação crítica”. Nesse sentido, o autor oscila entre a crítica e o elogio a uma determinada experiência que se expressa de diferentes maneiras nos textos – ora como o conceito propriamente dito, ora como uma noção mais sensível de *vivência*.

Em seus primeiros escritos, experiência tem um sentido negativo, opressor, que se manifesta na forma de um saber que tolhe o desenvolvimento de ideais originais e libertadores. Essa concepção aparece no breve ensaio *Experiência*, de 1913. Nele, o jovem Walter Benjamin, com apenas 21

anos, fala de uma luta travada contra a figura do filisteu¹ – adulto amargurado que tudo viveu e desencoraja as ações jovens. O filisteu se esconde atrás da máscara da experiência: “ela é inexpressiva, impenetrável, sempre a mesma”, descreve o autor (1913, p. 21). Desprovido de espírito², resta ao filisteu zombar das aspirações da juventude.

Em suas reflexões anos depois, 1930, a noção de experiência é recuperada, agora na forma de um saber tradicional, passado de geração a geração e que se encontra em declínio frente ao progresso da modernidade. Em *Experiência e pobreza* (1933), um dos textos mais marcantes do autor, Benjamin associa a crítica ao progresso e avanço técnico ao empobrecimento da experiência. Ele defende que a modernidade leva à degradação da possibilidade de transmissão de experiências sensíveis.

No entanto, embora os conceitos expressem sentidos diferentes ao longo dos anos, é equivocado pensar em uma separação entre juventude e maturidade na obra benjaminiana. Ainda que seu pensamento seja pontuado por inflexões e curvas, uma divisão entre esses dois momentos não é pertinente. Michael Lowy (2002) explica que dois erros são muito comuns na interpretação da obra do autor. O primeiro refere-se a uma dissociação entre o Benjamin jovem idealista e o materialista revolucio-

nário. O segundo refere-se a uma compreensão homogênea da obra que ignora o papel fundamental do marxismo no pensamento de Benjamin. Lowy aconselha àquele que deseja compreender o movimento do pensamento de Benjamin, “considerar simultaneamente a continuidade de certos temas essenciais e as diversas curvas e rupturas que pontilham sua trajetória intelectual e política” (2002, p. 18).

Este artigo atentará a esse movimento, observando as especificidades e contextos que interferem na compreensão dos conceitos. Nossa análise pega emprestada a figura do filisteu para, a partir dela, observar os múltiplos discursos a respeito das manifestações de junho no país. Nosso desejo é perceber as diferentes reações e posicionamentos frente a um evento tão imprevisto quanto potente e quais as implicações políticas dessas posturas.

Em um segundo momento, o artigo se debruça sobre a crítica ao progresso e à técnica desenvolvida por Walter Benjamin. Assim como o conceito de experiência, a noção de progresso também é muito cara ao autor e permeia grande parte de sua obra. Crítico do progresso ligado à lógica do capitalismo, Benjamin associa esse progresso à ideia de catástrofe. Para ele, os avanços do capitalismo, não só como modelo econômico, mas como paradigma civilizatório, têm como expressão mais bárbara os regimes totalitários. Dito de

outro modo, para Benjamin, o nazismo e o fascismo são a expressão mais dramática da barbárie potencial do capitalismo. Nesse sentido é importante observar que se trata de uma crítica específica à concepção de progresso técnico/econômico e não humano/moral. Avanços técnicos utilizados em prol da violência e da guerra servem de argumentação para o autor. Em “*As armas do futuro*” (1925) e no já citado “*Experiência e pobreza*” Benjamin discorre sobre o perigo da tecnologia a serviço da guerra. No entanto, é nas teses “*Sobre o conceito de história*” – texto publicado após a morte do autor, em 1940 –, que Benjamin aprofunda sua crítica. Talvez a tese mais citada, entre as 18 formuladas pelo autor, seja a que se refere à tempestade do progresso. Nela, o autor traz a imagem de um quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*, que representa, para Benjamin, o anjo da história que vê a catástrofe iminente do nosso tempo. Lowy explica que parte da fama da nona tese de Benjamin diz respeito ao caráter profético que ela carrega. Ao anunciar a tempestade do progresso, o autor parece antever as tragédias de Auschwitz e Hiroshima, as duas grandes catástrofes da história humana. Na tese, a tempestade do progresso impele o anjo irresistivelmente para o futuro e o futuro é catastrófico.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele está desenhado um anjo

que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa sobre seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É essa tempestade que chamamos de *progresso* (Benjamin, 2012, pp. 245-246).

No presente trabalho, a crítica ao progresso de Benjamin é retomada na análise do modelo neodesenvolvimentista adotado pelos governos municipal, estadual e federal. A pretexto da Copa, realizada em diversas capitais do país em junho de 2014, e das Olimpíadas, que a cidade do Rio de Janeiro irá sediar em 2016, a lógica do progresso, municiada pelo discurso da técnica, tem sido empreendida em favor de interesses imobiliários e econômicos em detrimento das reais e urgentes demandas da cidade. Não por acaso, os eventos e as diretrizes assumidas a favor deles entraram na pauta dos protestos de junho. O modelo de gestão desenvolvimentista e militariza-

do no Rio de Janeiro foi duramente contestado pelas ruas. A hipótese defendida neste trabalho é que o investimento no consumo de massa através da concessão de créditos bancários, a ênfase na construção civil referente aos megaeventos e programas de aceleração do crescimento (PAC), que constituem a agenda desenvolvimentista, são os pilares de um governo que concebe progresso no sentido conferido por Benjamin em seus escritos. Ao excluir direitos sociais e negligenciar a promoção da igualdade em sua pauta, o projeto nacional desenvolvimentista, especialmente aquele empreendido no Rio de Janeiro, conduz à catástrofe.

Por fim, este trabalho recupera a concepção de história em Walter Benjamin. Em diversos textos, Benjamin se opõe à ideia historicista quantitativa do tempo histórico como acumulação. De modo inverso, o autor defende a história na sua dimensão qualitativa, descontinuada. Para Benjamin, a história não pode ser reduzida à sucessão de instantes vazios, homogêneos e quantificáveis, mas deve ser interpretada como tempo de construção e possibilidades. Há sempre na história a chance revolucionária de mudar o curso dos acontecimentos. De modo geral, a interpretação de Benjamin é oportuna e anima as pretensões deste artigo: pensar as manifestações recentes como possibilidade de invenção e afirmação de que não estamos fadados a

repetir o passado, na sua violência e injustiças, nem seguir passivamente a marcha inexorável do progresso que aprisiona e destrói.

O levante de junho

As manifestações pegaram a todos desprevenidos. O governo estadual de Sérgio Cabral e municipal de Eduardo Paes sofriam críticas pontuais que eventualmente se convertiam em manifestações pequenas – fundamentais – mas inofensivas aos planos dos governantes. Foi assim com a remoção das representações indígenas que ocupavam o Museu do Índio na Aldeia Maracanã, o projeto de demolição da escola Municipal Friedenreich para dar lugar à construção de um estacionamento e shopping, e com as diversas remoções – Vila Autódromo, Morro da Providência, Horto – para ficar em poucos exemplos. Todas essas ações geraram pequenos protestos, entretanto, nada que abalasse a marcha dos megaempreendimentos destinados aos megaeventos dos próximos anos.

Em junho de 2013, no entanto, a decisão da prefeitura de São Paulo e do governo estadual de reajustar a tarifa de ônibus e metrô desencadeou uma série de manifestações na capital paulista. Convoçadas pelo Movimento Passe Livre, grupo que desde 2006 reivindica a adoção da tarifa zero para os transportes públicos, as

manifestações tomaram a Avenida Paulista nas primeiras semanas de junho. Os protestos foram reprimidos com violência pela polícia militar, as imagens se difundiram pelas redes sociais e o movimento se espalhou para outras cidades. No resto do país, o movimento foi abraçado por grupos anônimos que, reunidos pelo Facebook, convocaram passeatas e novos atos com a mesma pauta.

Após duas semanas de protestos, os prefeitos de São Paulo e do Rio de Janeiro revogaram o aumento das passagens; os governos de Recife e de Porto Alegre haviam recuado dias antes. Todavia, os protestos não cessaram. As manifestações instauraram questões que ultrapassam a questão da qualidade do transporte público e abriram um campo de reivindicações diversas. Vencida a luta pela redução das tarifas, outras demandas foram elencadas: rigor com crimes de corrupção; esclarecimento sobre os gastos excessivos com eventos esportivos que a cidade e o país irão sediar; investimento de recursos em direitos básicos, educação e saúde; entre tantas outras. A promessa “amanhã vai ser maior”, que ecoou nas ruas e nas redes sociais ilustrou a disposição dos manifestantes para novas lutas.

O filisteu e o desserviço da experiência

Como dito, os movimentos, no seu caráter intempestivo, pegaram a todos de surpresa. Mesmo aqueles que estudavam fenômenos similares, reconheceram a imprevisibilidade dos eventos. No entanto, se o reconhecimento do ineditismo foi consenso, as interpretações foram bastante plurais. Houve aqueles que se precipitaram em análises e rotulações incorrendo em reducionismo e criminalização; outros tantos que, entusiasmados com o fenômeno, destacaram o que havia de original e promissor no movimento; aqueles que identificaram semelhanças com levantes populares anteriores, os cautelosos, os céticos, enfim, uma variedade de posturas diante de um fato que desafiou intelectualmente a todos. O objetivo deste trabalho não é analisar os erros e acertos de cada postura, mas pensar o conceito de experiência e a figura do “filisteu” descrita por Benjamin a partir de análises e depoimentos que circularam (e continuam circulando) na mídia e nas redes sociais a respeito dos eventos de junho.

Lima e Batista (2013) esclarecem que pouco antes de escrever o ensaio *Experiência*, Benjamin tinha se integrado ao grupo *Estudantes Livres*, em Berlim. Assim, “a atmosfera esclarecida, antiautoritária do movimento jovem do qual participava o grupo incidiu na produção teórica do

jovem filósofo” (2013, p. 452). É nesse contexto, portanto, que Benjamin escreve o ensaio crítico sobre certo conceito de experiência. Para Benjamin, a experiência – usada como uma máscara – da qual o adulto se vale em seus conselhos e recomendações é opressiva, resignada e desencorajadora. Benjamin não se conforma e propõe:

Mas vamos tentar agora levantar essa máscara. O que esse adulto experimentou? O que ele nos quer provar? Antes de tudo, um fato: também ele foi jovem um dia, também ele quis outrora o que agora queremos, também ele não acreditou em seus pais: mas a vida também lhe ensinou que eles tinham razão. E então ele sorri com ares de superioridade, pois o mesmo acontecerá conosco – de antemão ele desvaloriza os anos que estamos vivendo, converte-os na época das doces asneiras que se cometem na juventude, ou no êxtase infantil que precede à longa sobriedade da vida séria. Assim são os bem-intencionados, os esclarecidos (Benjamin, 2002, p. 21).

Observando as diversas declarações e análises sobre os movimentos recentes no país, impressiona a acuidade e atualidade das palavras de Benjamin. Nos dias que se seguiram aos eventos de junho não faltaram bem-intencionados e esclarecidos nos jornais e nas redes sociais analisando o fenômeno. Talvez o exemplo mais evidente de precipitação resida na figura de Arnaldo Jabor. Um dia após a manifestação do dia 11 de junho de 2013, na capital pau-

lista, que terminou em confronto entre a polícia e manifestantes, o jornalista utilizou seu espaço no jornal das oito para dar seu parecer sobre o movimento.

Mas afinal o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes é filho de classe-média, isso é visível, ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo. Há talvez a influência da luta na Turquia, que é justa e importante contra o islamismo fanático, mas aqui se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas. Isso! Ninguém sabe mais por que lutar. [...] Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos (Jabor, 2013).

O que leva um jornalista experiente a se apressar em uma avaliação prematura?³ A explicação está em Benjamin. Jabor assumiu a postura do filisteu. O autor explica que ao filisteu falta sentido na vida e por isso ele desvalida as iniciativas da juventude. Eles já experimentaram tudo e se

apegam à experiência para justificar sua descrença e seu desprezo.

Arnaldo Jabor foi o primeiro, mas não foi o único a identificar o movimento como “asneira da juventude”. A professora e filósofa Marilena Chauí (2013a) encarou do mesmo modo o filisteu na sua avaliação sobre as manifestações. A professora criticou a falta de liderança e direção do movimento e ironizou as múltiplas reivindicações dos manifestantes.

Uma juvenzinha disse assim: “Estamos sim num processo revolucionário. Temos já um programa”. Era o programa mínimo dessa semana. Dá vontade de dar um bom bocado, um sorvete, um café com leite com creme, uma mousse, agradecer, afagar... Como é que pode ficar assim tão iludida.

“Nada é mais odioso ao filisteu do que os ‘sonhos da juventude’ (e, quase sempre, o sentimentalismo é a camuflagem desse ódio)”, assevera Benjamin. Para justificar sua crítica ao que ela chama de ilusão, Chauí recorre, mais uma vez, à sua experiência; evoca o famoso maio de 1968 francês e os movimentos dos anos 1970. Esses sim, segundo ela, foram capazes de instaurar novas questões e ressaltar novos sujeitos políticos. Para a professora, os protestos observados no Brasil não configuram uma retomada dos movimentos sociais⁴, tampouco carregam as características libertárias de 1968. “Eles [de maio de

68] valorizavam a política, visavam produzir uma transformação, trouxeram um saldo organizativo para a sociedade e para a política brasileira. Inovaram na forma de fazer política. Eu não vejo isso hoje” (Chauí, 2013).

Ao apelar a eventos pretéritos para tentar entender o que se passa na atualidade, Chauí anula a força questionadora e negligencia as possíveis potencialidades do novo movimento. Isso ocorre por que, como o filisteu, ela só olha para o que falta e nunca para o que excede. Para contestar a compreensão da filósofa, recorro às palavras do próprio Benjamin:

Mas por que então a vida é absurda e desconsolada para o filisteu? Porque ele só conhece a experiência, nada além dela; porque ele próprio se encontra privado de consolo e espírito. E também porque ele só é capaz de manter relação íntima com o vulgar, com aquilo que é o “eternamente ontem” (2002, p. 22).

No entanto, recorrer ao passado não precisa ser um recurso essencialmente ruim e desencorajador. Em diversas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin confere ao passado um papel fundamental que impele à redenção. Para o autor, os ultrajes do passado são capazes de despertar a esperança e mobilizar esforços que buscam redimi-los. Nas teses número II e VI, Benjamin (2012) defende explicita-

mente a possibilidade de reparação no presente das injustiças do passado. Na tese II, Benjamin afirma que “o passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção” (p. 242), o autor fala de um encontro marcado entre a geração anterior e a nossa onde a primeira dirige um apelo à última: há flagelos que cabe a nós redimir. Na tese VI, ele dá continuidade a essa ideia. Diz o autor “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (p. 244).

No Rio de Janeiro a violência policial é esse inimigo que não cessa de vencer. O desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo dá prova disso. As indagações sobre seu paradeiro na forma-slogan “*Cadê o Amarildo?*”, entoadas nas marchas de junho, converteram-se numa luta pelo direito à vida e à justiça. Amarildo tornou-se símbolo de todas as vítimas de violência policial que o antecederam e inaugurou um debate sobre as práticas policiais genocidas do Estado.

Segundo dados do Laboratório da Violência (Lav-UERJ), diariamente são registradas cinco mortes por auto de resistência no Estado. Nos últimos 10 anos esse número mais que quadruplicou. Em 1997, eram 300 casos, em 2013 já contabilizam 1.300. Diante desses dados, torna-se mais

grave a fala da filósofa na Academia da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em agosto do ano passado. Ainda a propósito das manifestações e da ação dos *black blocs*, Chauí rotulou o grupo como fascista e argumentou que, ao se apresentarem com os rostos cobertos, eles estariam se apresentando como autor de violência. Em um contexto de truculência e arbitrariedade por parte das forças policiais tal declaração é, no mínimo, polêmica.

Ao destacar a prática dos *black blocs* como fascista (que cabe ressaltar não representa a maioria dos manifestantes, mas uma das múltiplas singularidades que estão nas ruas) Chauí justifica a repressão truculenta e ignora a violência praticada pelo Estado. Como a professora nega o caráter inovador e revolucionário do processo, só sobra a impressão de que se trata de violência desordenada e fascista. Ela argumenta que existe violência necessária e positiva, mas que esse não é caso da ação dos *black blocs*. “Temos três formas de se colocar. Coloco os ‘*blacks*’ na fascista. Não é anarquismo, embora se apresentem assim. Porque, no caso anarquista, outro indivíduo nunca é seu alvo. Com os ‘*blacks*’, as outras pessoas são o alvo, tanto quanto as pessoas” (Chauí, 2013a).

Benjamin finaliza texto dizendo que “o jovem será generoso quando adulto. O filisteu é intolerante”. Assim, o avesso da postura do filisteu pode ser encontrado

em declarações que reconhecem com humildade o ineditismo do evento, admitindo sua imprevisibilidade, sem precipitação e julgamentos. Um dia após as manifestações de 20 de junho, que ocorreram em mais de 80 cidades do país, o professor e sociólogo Luiz Eduardo Soares (2013) publicou em sua página pessoal um texto intitulado “O que eu sei e o que não sei sobre as manifestações pelo passe livre”. Diante das afirmações apressadas dos primeiros dias de manifestação, uma declaração que assume que não se sabe alguma coisa já refletia uma mudança de tom.

É preciso saber menos e perguntar mais; julgar menos e escutar mais; prever menos e participar mais, retratando a experiência em curso e a compartilhando, na medida do possível. Criticar a violência de todas as partes, mas evitar os estigmas, as classificações, o vocabulário com que nos acostumamos a pensar e avaliar, como “vândalos”, “desordem”, “desorganizado”, “inorgânico”, “sem objetividade”, “disperso”. Esses são os nomes que damos a distância entre os eventos e nossos esquemas mentais. Vemos o que falta porque não enxergamos com olhos abertos para ver. O que parece lacunar e negativo na realidade dos novos fenômenos talvez seja apenas o sinal de nossa impotência. Talvez estejamos olhando o espelho. Aposentemos as acusações simplificadoras, as associações precipitadas entre o que está acontecendo e o que já vimos antes. Não, não vimos este filme. Evitemos, por ora, a tentação de explicar.

A capacidade de mobilização autônoma do movimento pôs em cheque estruturas acostumadas à liderança e perenidade. As máquinas representativas dos partidos, a mídia tradicional e até mesmo os teóricos atentos a movimentos similares se viram deslocados, obrigados a aprender na prática ou arriscar palpites a distância. A surdez das lideranças e a falta de habilidade do governo em dialogar com as ruas agravaram a recusa de representação e, nesse sentido, redesenharam o cenário político e a maneira de se manifestar. Há uma aprendizagem a ser feita tanto por aqueles que desejam vida longa ao movimento quanto aqueles que querem que tudo volte a ser como antes de junho. Conforme mencionado, as reivindicações de junho extrapolaram a pauta dos transportes, repercutindo em lutas do trabalho (greves), acesso a espaços urbanos e privados (rolezinhos), moradia (resistência a remoções). Frente à diversidade de pautas e as múltiplas posturas, brevemente analisadas na primeira etapa deste trabalho, cabe perguntar: Quais as implicações políticas desses discursos? Quais ações elas encorajam e legitimam e o que eles reprimem e criminalizam?

A crítica ao progresso e à técnica: O modelo neodesenvolvimentista, legado para quem?

Em “*Sobre o conceito de história*”, Walter Benjamin reúne em breves teses, seu pensamento crítico acerca da guerra e das conjunturas que a possibilitaram. Nesse sentido, Michael Lowy (2005) ressalta a importância de situar o contexto histórico do desenvolvimento das teses. O começo da Segunda Guerra Mundial é o pano de fundo imediato do texto. No entanto, a riqueza das teses reside, em grande parte, no fato de que, embora cronologicamente situado, ele coloca questões relativas a toda história moderna e contemporânea. À luz dos eventos nacionais recentes, o texto de 1940 reitera sua atualidade.

Benjamin opõe-se ao automatismo do pensamento que concebe o movimento da história e do progresso, intrinsecamente associados, como inevitáveis e, portanto, “garantidos”. A tragédia dos regimes totalitários é demasiadamente contumaz para que se caia nessa armadilha do pensamento. Benjamin endereça as teses a diversos interlocutores: stalinistas, marxistas, materialistas históricos, social-democratas. Mas, antes de tudo, Benjamin fala a todos nós.

Nesta etapa do trabalho, buscaremos articular a crítica ao progresso e a técnica de Walter Benjamin às pautas de

contestação aos projetos neodesenvolvimentista do governo. Se o aumento das tarifas foi o estopim das manifestações de junho de 2013, a revolta com as condições de vida na cidade é o combustível que mantém o movimento ativo. A precariedade dos serviços de transporte, trabalho e moradia nas metrópoles do país aliada ao emprego dos recursos públicos em virtude dos megaeventos constituíram a tônica das manifestações seguintes.

Segundo o cientista político Giuseppe Cocco (2013), os movimentos de junho rompem com a conformidade de que tudo ia bem no país, ao menos em termos de governabilidade. A vitória nas urnas do partido do governo (e aliados) somada à estabilidade econômica são os responsáveis pelo que chamou de ilusões neodesenvolvimentistas de consenso. Índices econômicos e eleitorais davam a falsa ideia de que não havia o que reclamar. “No Brasil já havia inúmeros movimentos de protesto e resistência, em particular por causa dos efeitos da Copa e da Olimpíada. Em junho esses movimentos se juntaram confluindo com a multidão”⁵. Os gastos com Copa e Olimpíadas foram duramente contestados pelas ruas. Somado a isso, as intervenções urbanas concernentes aos eventos – obras, remoções, demolições – agravaram o cenário. Assim, um conjunto de insatisfações que se encontrava antes atomizada, em

junho, convergiu pondo fim ao consenso político que imperava na cidade.

Cocco e Cava (2013) observam que nos dois primeiros governos Lula o slogan de campanha federal era “Brasil um país de todos”. No governo Dilma Rousseff esse passou a ser “Brasil, país rico é país sem pobreza”. A mudança do slogan parece sutil, mas reflete o deslocamento das prioridades do governo. Cocco destaca que enquanto os dois primeiros mandatos de Lula focaram na inclusão pela educação e recuperação da cidadania dos mais pobres através de políticas de acesso à educação, como Prouni, Reuni e expansão do ensino técnico, o tema atual denota uma preocupação com a pobreza, o que, à primeira vista, pode ser entendido como uma continuação ao projeto inclusivo do governo anterior. Afinal, tirar as pessoas da miséria é incluí-las em uma condição de cidadania efetiva, com acesso a bens, direitos e serviços básicos. No entanto, as políticas do governo federal parecem ignorar valores sem cifrão. Subsídios para automóveis, ampliação de programa de créditos bancários, investimento em grandes projetos – megabarragens hidrelétricas, submarino nuclear, indústria extrativa – e megaeventos – Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas –, demonstram que os benefícios dessa estratégia economicista são ilusórios. O combate à miséria pela via do desenvolvimentismo mostrou-se catas-

tráfico tanto numa perspectiva econômica quanto humana. As taxas de inflação e juros atestaram a ineficácia no plano econômico. No Rio de Janeiro, o “combate” à pobreza converteu-se num genocídio dos pobres.

A retórica do progresso foi amplamente utilizada pelos governantes para justificar exceções e inconstitucionalidades postas em prática a pretexto dos eventos. Remoções violentas, ocupações policiais em favelas, demolições, privatizações de espaços públicos foram arbitrariedades frequentes em nome do desenvolvimento. Nas ruas e nas redes, o grito de “não vai ter Copa” é menos um desejo que uma constatação. A recusa é também contestação da dita herança que o evento deixa. Castro e Cassian (2002) observam que:

Enquanto os efeitos negativos dessas intervenções (sociais, ambientais, forte endividamento público) estão sendo minimizados, os efeitos positivos sobre crescimento econômico têm sido superestimados, sob o argumento de que os mesmos conseguirão beneficiar a todos os segmentos sociais através da geração de renda e emprego e da melhoria do espaço urbano, beneficiando de forma indireta toda cidade.

O verniz do progresso não colou: a mudança de prioridades econômicas, o *status* de “cidade global”, a reurbanização e especulação imobiliária excludente evidenciam que, se há um legado, ele não é

para a população. Deste modo, o “não vai ter Copa” assemelha-se ao pessimismo benjaminiano, que é a oposição ao “otimismo sem consciência”. Trata-se de um “pessimismo ativo, prático, voltado inteiramente para o objetivo de impedir, por todos os meios possíveis, o advento do pior” (Lowy, 2012, p. 24). Embora marxista, Benjamin é contrário à sua perspectiva evolucionista vulgar que acredita que a revolução será um resultado natural, lógico e inevitável do progresso econômico e técnico. De modo inverso, Benjamin pensa a revolução como um modo de frear a marcha rumo à catástrofe. Lowy (2002,) define o autor como “um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um adversário marxista do ‘progressismo’, um nostálgico do passado que sonha com o futuro”.

O “portal popular da copa e das olimpíadas” é exemplo do pessimismo ativo ao estilo de Benjamin. Organizados na/em rede, um conjunto de organizações e lideranças populares atua mapeando e denunciando irregularidades referentes aos eventos. Em oposição ao discurso triunfalista, esses comitês populares pensam estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementado nas cidades sedes da Copa. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) redigiu o documento “Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil”, entre-

gue a autoridades de todas as esferas públicas.

Ermínia Maricato (2013) ressalta que a cidade é um terreno de disputa entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que desejam explorá-la. O modelo de gestão desenvolvimentista favorece esses últimos. A arquiteta explica que o investimento em obras de infraestrutura, através de projetos como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com o objetivo de alavancar o emprego na indústria da construção geraram um crescimento imobiliário nas grandes cidades. O aumento do PIB e a diminuição do desemprego em algumas regiões metropolitanas podem sugerir decisão acertada. No entanto, Maricato ressalta que essa estratégia trouxe consequências drásticas para a qualidade de vida na cidade. Ações prioritárias e urgentes como a reforma fundiária/imobiliária foram esquecidas e, “sem tradição de controle sobre o uso do solo, as prefeituras viram a multiplicação de torres e veículos como progresso e desenvolvimento” (2013, p. 14). Do tipo que conduz à barbárie, completaria Benjamin.

Em paralelo às ações urbanas nos centros, nas periferias a lógica desenvolvimentista impõe teleférico no lugar de saneamento básico, constrói barreiras de som, remove, interna compulsoriamente,

ocupa e “pacifica” com violência militar. Tudo em nome do progresso e a favor do capital. Dentro e fora dos estádios, o que se viu foi um aburguesamento dos espaços. Segundo Carlos Vainer (2014), “estima-se entre 200 e 250 mil o número de pessoas que foram removidas, quase sempre reassentadas em conjuntos precários, em zonas carentes de urbanização, distantes da antiga moradia e do mercado de trabalho”. Deste modo, é possível afirmar que há o desenvolvimento que promove igualdade e desenvolvimento que aprofunda as desigualdades. Essa argumentação dialoga com a crítica do progresso de Walter Benjamin. O autor desconfia do progresso e suspeita do seu potencial catastrófico. Benjamin identifica a barbárie moderna, “barbárie industrial, dinâmica, instalada no coração mesmo do progresso técnico e científico” (Lowy, 2002, p. 205). Vainer (2013) fala de “uma democracia direta do capital” que funda uma cidade de exceção onde os interesses dos cartéis internacionais e empresas privadas se sobrepõem às demandas da cidade. A Lei Geral da Copa é exemplo explícito dessa dinâmica. Sancionada em 2012, ela cria um conjunto de leis de exceção que desestruturam o Estatuto do Torcedor e coloca o Estado em posição de submissão em relação à Federação Internacional de Futebol (FIFA).

Nesse contexto de violações de direitos, o pensamento de Benjamin mostra

mais uma vez sua pertinência. No prefácio de “Capitalismo como religião”, texto de Benjamin de 1921, que também intitula uma coletânea de textos críticos do autor, Lowy (2013) destaca a potência das críticas radicais à civilização capitalista industrial-moderna presentes nos textos que compõem a coletânea. Para o autor, nesse início de século, “em face de uma civilização industrial-capitalista, cujos ‘progresso’, ‘desenvolvimento’ e ‘crescimento’ conduzem numa velocidade crescente a uma catástrofe ecológica sem precedentes na história da humanidade” (p. 47), o pensamento benjaminiano constitui “precioso arsenal de armas críticas e uma janela aberta para as paisagens-do-desejo da utopia” (p. 47). Nesse sentido, pensar os movimentos de junho e todos aqueles que junho reanimou à luz dos escritos de Benjamin é concebê-los como verdadeiros processos revolucionários: possibilidade anunciada por Benjamin de puxar o freio de emergência do trem desenvolvimentista rumo à catástrofe.

Conclusão

Benjamin retoma a crítica ao mito do progresso e à noção de futuro como consequência da marcha inexorável da história da humanidade, reiterando a necessidade de se salvar o presente. Na concepção de história desenvolvida por Ben-

jamin, o presente não pode ser encarado como passagem efêmera entre o passado e o futuro. Nesta compreensão se faz necessário contrapor ao instante vazio e quantificável à ideia de “tempo-agora” que, preenchido pelas significações do passado, torna-se denso, visível, descontínuo por sua qualidade de interpolar passado e presente, criando um desvio no curso da história, provocando um salto para fora do tempo e da história. As metáforas de salto e desvio servem para exorcizar a história tanto do seu positivismo fatalista como da doutrina do progresso. O salto para “fora da história” permite a emancipação absoluta do presente, que desamarrado da implacável repetição historicista, coloca os homens na condição de liberdade para buscar um sentido totalmente novo para o futuro. Se a história é aberta, se o “novo” é possível, é porque o futuro não é conhecido antecipadamente. O futuro não é o resultado inevitável de uma evolução histórica dada, nem o prolongamento, sob formas cada vez mais aperfeiçoadas, do mesmo, do que já existe, das estruturas econômicas em vigor. Para Benjamin, o futuro decorre da própria natureza da política como atividade humana coletiva e plural. Ainda que condicionada pelas estruturas sociais e econômicas existentes, a ação dos homens pode ser direcionada para a transformação dos rumos da história.

Para Benjamin (2012), “a história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’ (p. 249). À medida que o presente, vazio e efêmero, é substituído pelo presente denso, a questão da ética se impõe, pois a cada momento os homens são convocados a agir no mundo, fazer escolhas e definir os rumos da história. Nessa concepção, compreendemos que o sentido da história vem sempre da ação dos homens e não pode ser pensado como dado antes de os sujeitos agirem. O “tempo do agora” afirma a potência dos homens em reverter a ordem estabelecida e institucionalizada, de exercitar sua capacidade de surpreender, de interferir nos caminhos da história do seu tempo, escovar a história a contrapelo. Com base em uma política do tempo e da história, Benjamin reivindica para os historiadores clássicos o rompimento com o historicismo vulgar e afirma que a tarefa do historiador materialista é cultivar uma consciência mais ampla de que todo o passado está carregado de possibilidades de futuro, cuja significação é decisiva no encaminhamento da história atual. Para Benjamin, recordar algo vivido não basta, pois o acontecimento, enquanto permanece encerrado na esfera do vivido, é finito, limitado. Só quando o vivido elucidado, de algum modo, o que ocorreu antes e o que acontecerá depois é que ele pode se tornar ilimitado, pois é nesta dimensão em

que o agir humano se faz presente nos destinos da história coletiva.

O “agora” benjaminiano não é apenas o momento da duração da consciência, mas também o momento do engajamento em uma decisão, da busca de um ideal. Um novo sentido para a história de uma época torna-se, então, possível a partir de uma concepção de temporalidade que compreende a qualidade do tempo vivido, ou seja, a trajetória de vida desamarrada do tempo vazio e homogêneo.

Os movimentos sociais deflagrados recentemente em diversas partes do Brasil e do mundo estão a exigir uma nova história. Clamam pela interrupção do conservadorismo sem imaginação das instituições político-partidárias e apostam, talvez, em um novo começo. A capacidade de agir é a mais perigosa das atitudes. O que se percebe nas palavras de ordem que se espalham pelos cartazes e pelas vozes dos manifestantes na cidade é a intenção de lutar contra as condições sociais em que o ser humano é um ser rebaixado, subjugado, abandonado, desprezado. Existe em Benjamin a expressão da dialética do material e do espiritual. O que está em jogo na luta pelas conquistas sociais é da ordem material, mas a motivação dos atores sociais, quando legítima, é espiritual. Se não forem estimuladas por questões éticas, as classes dominadas não conseguirão lutar por sua libertação (Löwy, 2005). A memória da

injustiça, reencenada no presente, motiva o engajamento dos jovens, independentemente das chances de vitória. O desamparo dos dias de hoje, longe de conduzir à passividade e a resignação tem se configurado em forte motivação para a explosão dos movimentos sociais pelo mundo afora.

Mas o que nos reserva o século XXI? Ao contrário dos cálculos matemáticos que confirmam a regularidade dos acontecimentos na natureza, o resultado da ação histórica dos indivíduos e dos grupos sociais continua consideravelmente imprevisível. Isto não resulta propriamente das limitações dos métodos de conhecimento das ciências humanas e sociais, mas da própria natureza da práxis humana. No curso dos acontecimentos históricos há algo que sempre escapa ao mais rigoroso “cálculo das probabilidades”. O futuro será o que dele fizermos hoje. A esperança da possibilidade de escrever a história a contrapelo, eis a tarefa das recentes lutas ao redor do mundo, que visa a interromper o curso da história como repetição das injustiças sociais.

Passados meses dos eventos que inauguraram as jornadas de junho, o movimento não cessa. Embora as manifestações maciças tenham diminuído, as mobilizações em rede permanecem e assembleias e plenárias são propostas semanalmente. Trata-se de um momento paradigmático cujo futuro e consequências ainda não po-

dem ser apreendidos integralmente. Há conquistas claramente adquiridas, possivelmente a mais importante delas é a retomada da esperança e a possibilidade de reatualização do conceito de democracia e participação política. As manifestações são a oportunidade de uma geração que cresceu no consenso de que as coisas são como são, de conhecer uma nova experiência – diferente e oposta à experiência do filisteu – adquirida no terreno das lutas, reivindicativa de dignidade e democracia real.

Notas

¹ Segundo Kátia Muricy (1999), a crítica de Benjamin à cultura dos pais, retoma um tema clássico na tradição romântica alemã. Na sua acepção primitiva, filisteu era o inimigo da fé verdadeira. Entretanto, o sentido que se popularizou entre os estudantes foi dado por Goethe, ou seja, filisteu era o indivíduo de mentalidade estreita, o burguês utilitarista, aquele que não tem sensibilidade para a poesia, para as artes, por oposição à sensibilidade artística dos poetas e dos amantes das artes (p. 44).

² Para Benjamin, a dimensão espiritual é de onde emerge a fé e a experiência sensível, cuja manifestação é singular em cada indivíduo. O espírito diz respeito a uma capacidade de autotranscendência que independe de celebrações ou dogmas de

determinada estrutura de pensamento religioso.

³ Dias após a declaração no *Jornal Nacional*, Jabor usou seu espaço diário na Rádio CBN para se retratar e admitir que errou em sua análise sobre as manifestações de junho. O áudio está disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>

⁴ Cabe ressaltar que após a afirmação da filósofa, em agosto de 2013, novos movimentos surgiram alimentados pela efervescência de junho. Em outubro, professores em greve utilizaram táticas próprias das manifestações de junho: ocuparam o palácio Pedro Ernesto, sede da câmara municipal do município e, após repressão violenta pela PM, receberam amplo apoio dos manifestantes e de praticantes da tática *Black Bloc*. Em fevereiro, a paralisação dos garis, logo após o carnaval, também foi apoiada pela sociedade e por aqueles que em junho manifestavam nas ruas. Em ambos os casos, houve cobertura de mídia alternativa, solidariedade e debate nas redes sociais, convocações de assembleias públicas. Assim, é possível perceber que o levante de junho, ao contrário do afirmado por Chauí, trouxe em si componentes comunicativos e organizacionais originais que inspiraram novas lutas.

⁵ Cocco refere-se ao conceito de Multidão de Antonio Negri e Michael Hardt (2004). Os autores distinguem multidão de outras noções de sujeitos sociais. Eles explicam “a multidão é múltipla, é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única. Multidão é uma multiplicidade de todas as diferenças singulares (culturas, raças, etnias, gêneros, etc.). Na multidão as diferenças sociais permanecem diferentes, o desafio é fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente” (p. 13).

Referências

- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (8a ed., Obras Escolhidas, Vol. 1). São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2012). *Sobre o conceito de história. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (8a ed., Obras Escolhidas, Vol. 1). São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2002). *Experiência. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Editora 34.

- _____. (2013) *As armas do futuro. O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo.
- Castro, M, & Cassián, N. (2012). Do sonho olímpico ao projeto Porto Maravilha: legado para quem? Em G. Cocco, & S. Albagli (Orgs.), *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Chauí, M. (2013a, agosto 27). Black blocs agem com inspiração fascista, diz a filósofa a PMs do Rio. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 06 jun 2014 . 2014, de <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1332434-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml>
- Chauí, M. (2013b, agosto 28). Marilena Chauí no espaço CULT. *Revista Cult*. Recuperado em 06 jun 2014 dez. 2014 de <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/marilena-chau-no-espaco-cult-2/>
- Cocco, G. (2013, maio). Não existe amor no Brasil maior. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Recuperado em 11 jundez. 2014 de <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1413>
- Cocco, G., & Cava, B. (2013, agosto). *Queremos tudo: as jornadas de junho e a constituição selvagem da multidão*. Recuperado em 17 jun dez. 2014 de <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523060-queremos-tudo-asjornadas-de-junho-e-a-constituicao-selvagem-da-multidao>
- Jabor, A. (2013, junho 12). Revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos. *Jornal Nacional*. Recuperado em 14 mai. 2014 de <http://globov.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contramento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>
- Lima, J.G., & Batista, L. A. (2013). Itinerário do conceito de experiência. *Princípios – Revista de Filosofia*, 20(33), 449-484.
- Lowy, M. (2002). *A filosofia da história de Walter Benjamin* [Versão eletrônica], *Estud. av.*, 16(45), 199-206.
- Lowy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo.
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! Em D. Harvey, E. Maricato, S. Žižek, & M. Davis et al., *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Muricy, K. (1999). *Benjamin, alegorias da dialética*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Negri, A., & Hardt, M. (2004). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.

Soares, L. E. (2013). *O que eu sei e o que eu não sei sobre as manifestações pelo passe livre*. Recuperado em: 23 mai. 2014 de <http://www.luizeduardosoares.com/?p=1098>

Enviado em: 03/09/2014 - **Aceito em:** 12/10/2014

Vainer, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. Em D. Harvey, E. Maricato, S. Žižek, & M. Davis et al., *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Vainer, C. (2014). Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas. Em A. Jennings, R. Rolnik, A. Lassance et al. *Brasil em Jogo: o que fica da copa e das olimpíadas*. São Paulo: Boitempo.

Carolina Salomão Corrêa: Doutoranda em psicologia clínica. Mestre em psicologia e graduada em comunicação social pela PUC-Rio.

E-mail: krolsalomao@gmail.com

Solange Jobim e Souza: Doutora. Professora associada do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: soljobim@uol.com.br